

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	23
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	24
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	25
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.504.997
Preferenciais	0
Total	1.504.997
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	166.602.823	167.916.926
1.01	Ativo Circulante	102.407.539	122.893.232
1.01.01	Disponibilidades	102	103
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	102.129.742	122.640.157
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	86.879.200	105.916.659
1.01.02.02	Aplicações em Depositos Interfinanceiros	15.250.542	16.723.498
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	106.351	99.735
1.01.03.01	Carteira Própria	106.351	99.735
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	0	-6
1.01.07.01	Arrendamentos a Receber	0	224
1.01.07.02	Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	0	-224
1.01.07.03	Provisão para perdas de Arrendamento Mercantil	0	-6
1.01.08	Outros Créditos	171.250	153.243
1.01.08.01	Rendas a Receber	140.777	140.777
1.01.08.02	Diversos	30.473	12.466
1.01.09	Outros Valores e Bens	94	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	61.664.239	42.896.619
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	61.529.245	42.765.394
1.02.01.01	Aplicações em Depositos Interfinanceiros	59.366.600	38.008.607
1.02.01.02	Aplicações no Mercado Aberto	2.162.645	4.756.787
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	0	-18
1.02.06.01	Arrendamentos a Receber	0	21
1.02.06.02	Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	0	-21
1.02.06.03	Provisão para perdas de Arrendamento Mercantil	0	-18
1.02.07	Outros Créditos	134.994	131.243
1.02.07.02	Diversos	134.994	131.243
1.03	Ativo Permanente	2.531.045	2.127.075
1.03.01	Investimentos	2.531.045	2.126.833
1.03.01.02	Participações em Controladas	2.531.045	2.126.833
1.03.03	Imobilizado de Arrendamento	0	242

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	166.602.823	167.916.926
2.01	Passivo Circulante	110.020	16.123
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	0	218
2.01.09	Outras Obrigações	110.020	15.905
2.01.09.01	Sociais e Estatutárias	107.100	10.160
2.01.09.02	Fiscais e Previdenciárias	1.000	3.957
2.01.09.03	Credores para antecipação de valor residual	0	5
2.01.09.04	Diversas	1.920	1.783
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	162.228.735	164.036.418
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	162.106.912	163.922.727
2.02.03.01	Recursos de Debentures	162.106.912	163.922.727
2.02.09	Outras Obrigações	121.823	113.691
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	121.823	113.670
2.02.09.02	Credores para antecipação de valor residual	0	21
2.05	Patrimônio Líquido	4.264.068	3.864.385
2.05.01	Capital Social Realizado	2.405.982	2.405.982
2.05.04	Reservas de Lucro	1.857.090	1.458.080
2.05.04.01	Legal	481.196	481.196
2.05.04.02	Estatutária	1.375.894	976.884
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	996	323
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	996	323

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	5.604.838	10.994.238	4.355.456	8.434.339
3.01.01	Operações de Arrendamento Mercantil	0	170	899	6.619
3.01.02	Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	5.604.838	10.994.068	4.354.557	8.427.720
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-5.548.744	-10.877.452	-4.300.079	-8.334.335
3.02.01	Captação no Mercado	-5.548.748	-10.877.309	-4.299.215	-8.327.820
3.02.02	Empréstimos e Repasses	1	-1	-19	-54
3.02.03	Operações de Arrendamento Mercantil	0	-166	-857	-6.510
3.02.04	Provisão para Perdas em Créditos	3	24	12	49
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	56.094	116.786	55.377	100.004
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	195.443	385.717	191.238	390.621
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-6.482	-12.803	-5.666	-11.507
3.04.04	Despesas Tributárias	-2.851	-5.532	-2.593	-4.666
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	1	-136	-9	-33
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	204.775	404.188	199.506	406.827
3.05	Resultado Operacional	251.537	502.503	246.615	490.625
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	251.537	502.503	246.615	490.625
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-21.145	12.347	-14.038	35.293
3.08.01	Devidos sobre Operações do Período	0	-9	-643	-928
3.08.02	A Compensar referente Adições Temporárias	-21.145	12.356	-13.395	36.221
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	230.392	514.850	232.577	525.918
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,15000	0,34000	0,15450	0,34940

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	230.392	514.850	232.577	525.918
4.03	Resultado Abrangente do Período	230.392	514.850	232.577	525.918

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-6.687.078	237.064
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	10.970.265	8.331.433
6.01.01.01	Lucro Líquido	514.850	525.918
6.01.01.02	Resultado de Participações em Coligadas/Controlada	-404.188	-406.827
6.01.01.04	Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa	-24	-49
6.01.01.05	Provisão de Tributos Diferidos	-12.356	-36.221
6.01.01.07	Resultado de Juros de Debêntures	10.877.309	8.327.820
6.01.01.08	Rendas de Títulos e Valores Mobiliários Disp.Venda	-5.326	-79.208
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-17.657.343	-8.094.369
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Aplic Interf. de Liquidez	-17.633.639	-7.906.553
6.01.02.02	(Aumento) Redução em TVM e Inst Financ. e Derivativos	-52	214
6.01.02.03	(Aumento) Redução Outros Créditos e Outros Valores e Bens	-10.144	-6.231
6.01.02.04	(Aumento) Redução Operc.de Arrendamento Mercantil	216	1.706
6.01.02.06	Aumento (Redução) Obrig Empréstimos e Empréstimos	-218	-1.566
6.01.02.07	Aumento (Redução) Outras Obrigações	-8.090	66.364
6.01.02.08	Pagamento Imposto de Renda e Cont Social	-5.416	-248.303
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	732.407
6.02.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	0	125.948
6.02.06	Redução de Capital de Controlada	0	1.098.792
6.02.07	Recursos da Venda de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	0	2.783
6.02.08	Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	0	-495.116
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-12.693.124	-14.494.839
6.03.01	Captação/Resgate por Debentures	-12.693.124	-13.814.839
6.03.02	Dividendos Pagos	0	-680.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-19.380.202	-13.525.368
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	91.005.663	82.081.768
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	71.625.461	68.556.400

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.405.982	0	0	1.458.080	0	323	3.864.385
5.03	Saldo Ajustado	2.405.982	0	0	1.458.080	0	323	3.864.385
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	514.850	0	514.850
5.05	Destinações	0	0	0	399.010	-514.850	0	-115.840
5.05.01	Dividendos	0	0	0	10.160	0	0	10.160
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-126.000	0	0	-126.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	514.850	-514.850	0	0
5.05.03.03	Reserva Estatutaria	0	0	0	514.850	-514.850	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	673	673
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	650	650
5.07.04	Benefícios Pós Emprego de Coligada	0	0	0	0	0	23	23
5.13	Saldo Final	2.405.982	0	0	1.857.090	0	996	4.264.068

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.405.982	0	0	660.594	0	-2.042	3.064.534
5.03	Saldo Ajustado	2.405.982	0	0	660.594	0	-2.042	3.064.534
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	525.918	0	525.918
5.05	Destinações	0	0	0	353.918	-525.918	0	-172.000
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-172.000	0	0	-172.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	525.918	-525.918	0	0
5.05.03.02	Reserva Legal	0	0	0	12.584	-12.584	0	0
5.05.03.03	Reserva Estatutária	0	0	0	513.334	-513.334	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	9.808	9.808
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	10.310	10.310
5.07.04	Benefícios Pós Emprego de Coligada	0	0	0	0	0	-502	-502
5.13	Saldo Final	2.405.982	0	0	1.014.512	0	7.766	3.428.260

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	11.006.618	8.470.609
7.01.01	Intermediação Financeira	10.994.238	8.434.339
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	24	49
7.01.04	Outras	12.356	36.221
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-10.877.612	-8.334.417
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.803	-11.507
7.03.04	Outros	-12.803	-11.507
7.04	Valor Adicionado Bruto	116.203	124.685
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	116.203	124.685
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	404.188	406.827
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	404.188	406.827
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	520.391	531.512
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	520.391	531.512
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.541	5.594
7.09.02.01	Federais	5.541	5.594
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	514.850	525.918
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	514.850	525.918

Comentário do Desempenho

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, relativas aos períodos de 01/01 a 30/06 de 2016 e de 2015, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Conselho Monetário Nacional (CMN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

RESULTADO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Lucro Líquido da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil no período alcançou R\$ 515 milhões e o Patrimônio Líquido R\$ 4.264 milhões. O Lucro Líquido por ação foi de R\$ 0,34 enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 2,83.

ATIVOS E RECURSOS CAPTADOS

Os Ativos totalizaram R\$ 166.603 milhões e estão substancialmente formados por R\$ 163.659 milhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez. Os Recursos Captados representaram R\$ 162.107 milhões, correspondentes basicamente a Recursos de Debêntures.

AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO Nº 381, DE 14/01/2003, DA CVM

Procedimentos Adotados pela Sociedade

A política de atuação da Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil e da controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a junho de 2016, não foram prestados diretamente a Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil serviços não relacionados à auditoria externa pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas. Neste mesmo período não foram prestados às empresas do conglomerado ao qual pertence à Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 22 de janeiro - assessoria fiscal e de preços de transferência;
- 15 de fevereiro, 7 de março, 23 de março, 23 de maio e 16 de maio – aquisição de treinamentos, materiais técnicos e pesquisa;
- 31 de março – revisão da Escrituração Contábil Fiscal.

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados ao Itaú Unibanco e suas controladas. A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços, incluindo a sua aprovação pelo Comitê de Auditoria.

São Paulo, 03 de agosto de 2016.

A Administração

Notas Explicativas

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PERIODOS DE 01/01 A 30/06 DE 2016 E DE 2015

(Em Milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (DIBENS LEASING) tem por objeto social a prática de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor.

As operações da DIBENS LEASING são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A.(Nota 11). Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

As Demonstrações Contábeis elaboradas para os períodos findos em 30 de junho de 2016 e de 2015 foram aprovadas pela Diretoria em 03 de agosto de 2016.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da DIBENS LEASING foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 4a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – A DIBENS LEASING define como caixa e equivalentes a caixa as disponibilidades que compreendem o caixa e contas correntes em bancos (considerados na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações em Operações Compromissadas – Posição Bancada com prazo original igual ou inferior a 90 dias.
- b) **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Obrigações por Repasses e Demais Operações Ativas e Passivas** – As operações com cláusula de atualização monetária/cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas *pro rata die* com base na taxa efetiva das operações.
- c) **Títulos e Valores Mobiliários** – Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. São classificados nas seguintes categorias:
 - **Títulos para Negociação** – Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; e

Notas Explicativas

- **Títulos Disponíveis para Venda** – Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os efeitos da aplicação dos procedimentos descritos anteriormente, na controlada e coligadas da DIBENS LEASING, refletidos por estas em conta destacada dos seus Patrimônios Líquidos ou em contas de resultado, foram igualmente registrados diretamente no Patrimônio Líquido ou no Resultado de Participações da controladora proporcionalmente ao percentual de participação.

- d) Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido (VRG)** – Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação de Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no Imobilizado de Arrendamento Mercantil.

A prática adotada acima difere das práticas contábeis previstas na legislação brasileira, principalmente no que diz respeito ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, é calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

- e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** – Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas atendidas as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, dentre as quais se destacam:

- As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência;
- Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

- f) Investimentos** - Em controlada e coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

- g) Imobilizado de Arrendamento Mercantil** – Os bens arrendados são registrados no Ativo Imobilizado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens arrendados é reconhecida pelo método linear no prazo de vida útil usual, considerando uma redução de 30% na vida útil do bem, se enquadrada nas condições previstas na Portaria nº 113, de 26/02/1988, do Ministério da Fazenda.

As taxas anuais de depreciação, sem consideração da referida redução são:

Edificações	4%	Veículos e Afins	20% a 25%
Móveis e Utensílios e Instalações	10%	Outros Bens	10% a 20%
Máquinas e Equipamentos	10% a 50%		

Notas Explicativas

h) Perdas em Arrendamento a Amortizar – A diferença apurada ao final do contrato, entre o valor residual atribuído e o valor residual garantido, quando devedora, é debitada ao ativo diferido para amortização no prazo restante de vida útil do bem. Para fins de publicação o saldo do Ativo Diferido está sendo classificado em Imobilizado de Arrendamento Mercantil.

i) Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias: São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010, do BACEN e são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

Os Exigíveis e os Depósitos Judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

j) Tributos - Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%	PIS	0,65%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%	COFINS	4,00%
Contribuição Social (*)	20,00%	ISS	até 5,00%

(*) Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota continua 9,00%.

NOTA 4 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado.

a) Resumo por Vencimento

	30/06/2016				30/06/2015	
	Custo	Provisão para Ajustes ao Valor de Mercado refletida no:	Valor de Mercado	%	0 - 30	Valor de Mercado
Patrimônio Líquido						
TÍTULOS PRIVADOS	106.395	(44)	106.351	100,0	106.351	1.596.878
Cotas de Fundos	16.652	-	16.652	15,7	16.652	16.561
Debêntures	-	-	-	-	-	788.209
Letras Financeiras	89.743	(44)	89.699	84,3	89.699	792.108
SUBTOTAL - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	106.395	(44)	106.351	100,0	106.351	1.596.878
Títulos para Negociação	16.652	-	16.652	15,7	16.652	16.561
Títulos Disponíveis para Venda	89.743	(44)	89.699	84,3	89.699	1.580.317
TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVO)	106.395	(44)	106.351	100,0	106.351	1.596.878
% por prazo de vencimento				100%	100,0%	

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 2016.

Notas Explicativas

b) Instrumentos Financeiros Derivativos - Em 30/06/2016 e 30/06/2015 não existiam posições em aberto no mercado de derivativos.

c) Análise de Sensibilidade - No Itaú Unibanco Holding S.A., os fatores de risco são controlados e geridos de forma consolidada. Desta forma, os instrumentos financeiros da DIBENS LEASING, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding S.A., são parte integrante da Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação do conglomerado econômico-financeiro, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Acordo de Basiléia e alterações posteriores, e pelos regulamentos: Resolução nº 3.464/07, do CMN, e na Circular nº 3.354/07 do BACEN. Por esta razão, não será apresentada uma análise de sensibilidade das posições individuais desta instituição.

NOTA 5 – ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A execução das atividades normais da DIBENS LEASING acarreta em contingências que podem ser classificadas conforme segue.

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras, bem como outros riscos.

Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de autolançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for considerada provável.

A seguir apresentamos a movimentação das provisões e os saldos dos respectivos depósitos em garantia das Obrigações Legais:

Provisões	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 31/12/2015
	Obrigações Legais - Total	Total
Saldo Inicial	112.698	103.128
Subtotal	112.698	103.128
Encargos sobre Tributos	8.206	9.570
Saldo Final (Nota 6c)	120.904	112.698

(*) Registrado em Outras Obrigações - Diversas.

Depósitos em Garantia	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 31/12/2015
	Obrigações Legais - Total	Total
Saldo Inicial	114.740	103.128
Apropriação de Rendas	6.164	11.612
Saldo Final (Nota 6bl)	120.904	114.740

A discussão relativa às Obrigações Legais é descrita a seguir:

- CSLL – R\$ 120.904 – Isonomia: Enquanto a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 120.904.

Notas Explicativas

A DIBENS LEASING, com base na opinião de seus assessores legais, não está envolvida em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.

NOTA 6 – TRIBUTOS

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do Cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	502.503	490.625
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes (Nota 3j)	(226.126)	(196.250)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Resultado de Participações em Controlada e Coligadas	181.885	162.731
Juros sobre o Capital Próprio	56.700	68.800
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas das Receitas não Tributáveis	(112)	12
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	12.347	35.293

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

ATIVO	31/12/2015	Realização/ Reversão	Constituição	30/06/2016	30/06/2015
Refletida no Resultado	11.991	(11)	12.307	24.287	48.697
Prejuízos Fiscais e Base Negativa	11.980	-	11.490	23.470	13.418
Provisão para Créditos de Liquidação	11	(11)	-	-	10
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	35.269
Provisões para Passivos Contingentes - Fiscais e Previdenciárias	-	-	817	817	-
Refletida no Patrimônio Líquido - Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	609	(588)	-	21	-
Total^(*)	12.600	(599)	12.307	24.308	48.697

(*) Outros Créditos - Diversos totalizam R\$ 165.467 (R\$ 179.539 em 30/06/2015) e estão compostos basicamente por Depósitos em Garantia de Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias R\$ 120.904 (R\$ 108.492 em 30/06/2015), Créditos Tributários R\$ 24.308 (R\$ 48.697 em 30/06/2015), Impostos e Contribuições a Compensar R\$ 10.578 (R\$ 13.845 em 30/06/2015), e Depósitos Garantia de Provisões Cíveis R\$ 9.677 (R\$ 8.505 em 30/06/2015).

II - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários existentes em 30/06/2016, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%
2016	21	2,5%	12.285	52,4%	12.306	50,5%
2017	-	0,0%	8.738	37,2%	8.738	36,0%
2018	-	0,0%	2.447	10,4%	2.447	10,07%
2019	817	97,5%	-	0,0%	817	0,0%
Total	838	100,0%	23.470	100,0%	24.308	100,0%
Valor Presente ^(*)	740		22.452		23.192	

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias fiscais não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

III - Em 30/06/2016 e 30/06/2015, não existem Impostos Diferidos Ativos e Passivos não contabilizados.

c) Obrigações Fiscais e Previdenciárias

O saldo das Obrigações Fiscais e Previdenciárias está representado por:

	30/06/2016	30/06/2015
Impostos e Contribuições a Pagar/Recolher	1.000	906
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias (Nota 5b)	120.904	108.492
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	919	4.820
Total	122.823	114.218

Notas Explicativas

NOTA 7 - INVESTIMENTOS

Empresas	Saldos em 31/12/2015			Movimentação até 30/06/2016				Saldos em 30/06/2016	Saldos em 30/06/2015	Resultado de Participações em Controlada e Coligada de 01/01 a 30/06/2015
	Valor Patrimonial		Saldos em 31/12/2015	Resultado de Participações em Controlada e Coligada			Ajuste de TVM de Controladas e Outros			
	PL	RNR		Lucro Líquido	RNR	Total				
Redecard S.A.	2.611.868	(1.182.369)	1.429.499	183.543	197.096	380.639	5	1.810.143	1.199.663	364.282
Unibanco Negócios Imobiliários Ltda.	697.334	-	697.334	23.549	-	23.549	19	720.902	678.854	42.545
TOTAL GERAL	3.309.202	(1.182.369)	2.126.833	207.092	197.096	404.188	24	2.531.045	1.878.517	406.827

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do Período	N° de Ações/Cotas de Propriedade da Dibens Leasing			Participação no Capital Votante (%)	Participação no Capital Social (%)
				Ordinárias	Preferenciais	Cotas		
Unibanco Negócios Imobiliários Ltda.	730.775	1.197.715	39.125	-	-	1.912.398.878	60,19	60,19

NOTA 8 - RECURSOS DE DEBÊNTURES

Apresentamos os recursos de Debêntures, de Natureza Simples e Pública, da Espécie Subordinada:

Características (1)	Nº Registro na CVM	Emitida	Quantidade		Em Tesouraria		Montante em Circulação		Data de Vencimento	Data de Repactuação	Periodicidade do Pagamento dos Juros
			Em Circulação								
			30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015			
4ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SEP/GER/DEB-93/099 e 112	260	100	177	160	83	1.725.058	2.664.412	01/03/2035	não há	No Vencimento
4ª Emissão - Série Única	SEP/GER/DEB-96/120	200	91	91	109	109	541.564	474.684	01/03/2035	01/08/2016	No Vencimento
5ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SEP/GER/DEB-95/034 e 075	3.000	2.989	2.989	11	11	5.605.082	4.912.881	01/03/2035	não há	No Vencimento
5ª Emissão - Série Única	SER/DEB-2005/013	1.200	616	474	584	726	2.206.719	1.488.721	01/03/2035	não há	No Vencimento
6ª Emissão - Série Única (2)	SEP/GER/DEB-96/175	1.800.000	7.391	75.160	1.792.609	1.724.840	61.804	550.901	01/03/2035	não há	No Vencimento
8ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SRE/DEB/2002/042 e 043	3.203	1.552	1.698	1.651	1.505	1.738.320	2.210.836	01/03/2035	01/11/2017	No Vencimento
9ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SRE/DEB/2005/001 e 002	400.000	341.242	341.418	58.758	58.582	9.221.227	8.088.269	01/03/2035	01/10/2024	No Vencimento
4ª Emissão - 2ª Série	SRE/DEB/2006/023	6.750	3.850	4.583	2.900	2.167	11.024.948	11.501.978	01/03/2035	não há	No Vencimento
5ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2007/046	50.000	41.914	41.832	8.086	8.168	10.199.524	8.922.399	01/03/2035	não há	No Vencimento
4ª Emissão - 3ª Série	SEP/GER/DEB-93/103	20	4	4	16	16	76.017	66.629	01/03/2035	não há	No Vencimento
5ª Emissão - Série Única	SEP/GER/DEB-97/105	3.500	3.150	2.750	350	750	5.003.417	3.828.571	01/03/2035	não há	No Vencimento
6ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2006/025	1.500.000	1.428.801	1.425.059	71.199	74.941	40.437.424	35.350.772	01/03/2035	01/07/2016	No Vencimento
7ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2007/024	1.000.000	961.177	952.370	38.823	47.630	24.040.194	20.878.273	01/03/2035	03/07/2017	No Vencimento
8ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2008/004	1.000.000	971.780	956.257	28.220	43.743	23.235.899	20.041.050	01/03/2035	01/12/2017	No Vencimento
6ª Emissão - Série Única (2)	SRE/DEB/2005/012	2.400.000	1.826.185	1.521.883	573.815	878.117	6.606.150	4.825.465	01/03/2035	não há	No Vencimento
7ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2005/056	2.400	1.138	1.224	1.262	1.176	3.568.560	3.365.587	01/03/2035	não há	No Vencimento
8ª Emissão - 1ª série	SRE/DEB/2012/001	2.000.000	1.080.279	1.059.089	919.721	940.911	16.815.005	14.449.332	01/03/2035	não há	No Vencimento
Total		10.170.533	6.672.259	6.387.058	3.498.274	3.783.475	162.106.912	143.620.760			

(1) 100% da Taxa Média Diária dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DI expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

(2) Desdobramento das debêntures conforme aditamento de 13/06/2014.

Notas Explicativas

NOTA 9 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) **Capital Social** - Está representado por 1.504.996.693 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.
- b) **Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio** - Os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme previsto no Estatuto Social.

Em Reunião do Conselho de Administração de 31/03/2016 foram declarados Juros sobre o Capital Próprio no montante líquido de R\$ 107.100, à razão de R\$ 0,08 por ação, sendo R\$ 126.000 o valor bruto e R\$ 18.900 de Imposto de Renda Retido na Fonte.

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	30/06/2016	30/06/2015
Ajustes ao Valor de Mercado (no PL) de Títulos Disponíveis para Venda	(24)	6.952
Obrigações de Benefícios Pós Emprego	1.020	814
Ajuste de Avaliação Patrimonial	996	7.766

NOTA 10 - PARTES RELACIONADAS

- a) As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Entre essas operações destacam-se:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2016	30/06/2015	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ^(*)	163.658.987	143.520.117	10.989.417	8.346.675
Itaú Unibanco S.A. Controlador	147.035.867	118.235.019	9.896.174	6.752.381
Itaú BMG Consignado S.A. Ligada	11.154.427	12.566.312	703.245	718.634
Banco Itaucard S.A. Ligada	5.468.693	12.718.786	389.998	875.660
Valores a (Pagar) a Sociedades Ligadas	(41)	(39)	-	(24)
Itaú Corretora de Valores S.A. Ligada	(41)	(39)	-	-
Banco Itaucard S.A. Ligada	-	-	-	(24)
Recursos de Debêntures	(162.106.912)	(143.620.760)	(10.877.309)	(8.327.820)
Itaú Unibanco S.A. Controlador	(162.106.912)	(143.620.760)	(10.877.309)	(8.327.820)

(*) A carteira é composta por Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada com vencimentos até 30 dias R\$ 71.486.045, de 31 a 180 dias R\$ 13.781.565, de 181 a 365 dias R\$ 1.611.590 e acima de 365 dias R\$ 2.162.645; e Aplicações em Depósitos Interfinanceiros com vencimentos de 31 a 180 dias R\$ 11.959.453, de 181 a 365 dias R\$ 3.291.089 e acima de 365 dias R\$ 59.366.600.

Apresentamos abaixo as taxas praticadas para as operações entre partes relacionadas em 30/06/2016:

	Taxas Anuais
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	100% da SELIC 100% do CDI Prefixada 14,15%

- b) **Remuneração do Pessoal Chave da Administração** – Os honorários atribuídos aos Administradores da DIBENS LEASING são pagos pelo controlador Itaú Unibanco Holding S.A.

Notas Explicativas

NOTA 11 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Outras Despesas Administrativas – Totalizam R\$ (12.803) (R\$ (11.507) de 01/01 a 30/06/2015) e estão representadas basicamente por Processamento de Dados e Telecomunicações R\$ (11.849) (R\$ (10.389) de 01/01 a 30/06/2015).

b) Gerenciamento de Riscos e Capital – A gestão de riscos e capital é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

O gerenciamento de risco é o processo onde:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações;
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações do Conselho de Administração e as estratégias;
- A carteira é administrada vis-à-vis as melhores relações risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

Os processos de gestão de risco permeiam toda a instituição, estando alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações no Brasil. O controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é realizada de forma centralizada, visando assegurar que os riscos do conglomerado Itaú Unibanco sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições do conglomerado aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Riscos – Pilar 3, que não faz parte das demonstrações contábeis

I - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo o risco das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices baseados nestes fatores de risco.

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, alertas, modelos e ferramentas de gestão adequados.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se em linha com os princípios da Resolução CMN nº 3.464 de 26 junho 2007 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais do conglomerado.

O documento “Relatório de acesso Público – Risco de Mercado” que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, que não faz parte das demonstrações financeiras, pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

Notas Explicativas

A estratégia de gerenciamento de risco busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado (como risco de taxa de juros, risco de variação cambial, entre outros). Este arcabouço de limites e alertas cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais). A estrutura de limites de risco de mercado estende-se ao nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar a concentração de riscos. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, tamanho do patrimônio, liquidez, complexidade e volatilidades dos mercados bem como apetite de risco da instituição. Os limites são monitorados diariamente sendo que os excessos e violações potenciais de limites são reportados e discutidos para cada limite estabelecido:

- Em um dia útil, para a gestão das unidades de negócios responsável e executivos da área de controle de risco e das áreas de negócios; e
- Em até um mês, para órgãos colegiados competentes.

Relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. Além disso, o processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada por órgãos colegiados. O processo de definição dos níveis de limites e os relatórios de violações seguem a governança de aprovação dos normativos institucionais. O fluxo de informações estabelecido visa a dar ciência aos diversos níveis executivos da instituição, inclusive aos membros do Conselho de Administração por intermédio de Comitês responsáveis pela gestão de riscos. Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle, sendo revisada, no mínimo, anualmente.

A estrutura de controle de risco de mercado tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco Global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança com segurança.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco. Fatores de risco de mercado são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados são:

Notas Explicativas

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas à variações nas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas à variações das taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Variação Cambial: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Renda Variável: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações e commodities;

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco calculada a valor de mercado ("*MtM - Mark to Market*"); e
- *VaR Estressado*: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando-se em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo

O conglomerado Itaú Unibanco utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

O conglomerado Itaú Unibanco, mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período.

II - Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor, da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis adequados para cada segmento de mercado em que opera e a criação de valor para os acionistas, através da análise do retorno ajustado ao risco.

Para proteger-se contra perdas decorrentes de operações de crédito, a instituição considera todos os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco

Notas Explicativas

incorrido em cada operação. Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação e a eventual existência de valores em atraso.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721/09, do CMN, o conglomerado Itaú Unibanco possui estrutura e política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de crédito pode ser visualizado no site www.italu-unibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Crédito, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

III - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de gerenciamento busca identificar, avaliar, mitigar, monitorar e reportar o risco operacional com a finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle aderente às diretrizes internas e à regulamentação vigente.

Os gestores das áreas executivas utilizam metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional.

Dentro da governança do processo de gerenciamento existem fóruns específicos para tratar o assunto de risco operacional, controles internos e *compliance* onde periodicamente se apresentam os reportes consolidados do monitoramento dos riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Uma versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser acessada no site www.italu-unibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco Operacional.

IV - Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, propor premissas para o comportamento do fluxo de caixa, identificar, avaliar, monitorar, controlar e reportar diariamente a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, propor limites de risco de liquidez individualmente nos países onde o conglomerado Itaú Unibanco opera, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações e reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

A mensuração do risco de liquidez abrange todas as operações financeiras das empresas do conglomerado Itaú Unibanco, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, tais como as advindas de serviços de liquidação, prestação de aviais e garantias, e linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez pode ser visualizado no site www.italu-unibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público – Risco de Liquidez, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

- c) **Comitê de Auditoria Único** – Em atendimento à Resolução nº 3.198, de 27/05/2004, do CMN, a DIBENS LEASING aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê é divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações

intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 03 de agosto de 2016.

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva

Contador CRC 1SP197007/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Não se aplica.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Não se aplica.